



# Anais da Assembleia

Nº 54

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1991  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Edson Silva Lino, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti e Rafael Greca de Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Na qualidade de líder do P.D.T., indico a Senhora Deputada EMÍLIA BELINATI e o Deputado RAFAEL GERCA, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO  
Líder do P.D.T.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e de acordo com o capítulo V, e os artigos 182, 183 e 185 do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia em regime de urgência, o projeto de Lei nº 146/91, que denomina Rodovia Deputado Branco Mendes, a PR-463, estrada que interliga os municípios de Nova Esperança e Santo Inácio, passando pelos Municípios de Uniflor, Cruzeiro do Sul, Parancity, Lobato, Colorado, Santa Inez, até a barranca do Rio Paranapanema, na divisa com o Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) ARLINDO TROIAN.

#### REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

#### REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, do Projeto de Lei nº 58/91, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.ª discussão.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Leis nº 127, 037 e 150/91, com fundamentos na alínea "B", do inciso II, do art. 28 do Regimento Interno, haja vista que as matérias

objeto do presente requerimento, já sofreram deliberação pela Comissão de Constituição de Justiça.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO N° 1103

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, a Vossa Excelência, a votação pelo Plenário, dos Projetos de Lei n°s, 127, 037 e 150/91, baseados no inciso II, letra B do art. 28 do Regimento Interno, como também que a decisão tomada por Vossa Excelência seja válida para futuros projetos que porventura tramitam neste Poder, embasados no mesmo artigo.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS

RENATO ADUR,  
EURIDES MOURA,  
CLEITON KIELSE,  
COSTENARO NETO,  
BASÍLIO ZANUSSO,  
GERALDO CARTÁRIO,  
ALCEU SWAROWSKI,  
ERONDY SILVÉRIO,  
ORLANDO PESSUTI,  
SEVERINO FÉLIX,  
DUÍLIO GENARI,  
CEZAR SILVESTRI,  
DOBRANDINHO DA SILVA,  
NEIVO BERALDIN  
e TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1095

Senhor Presidente.

Através da presente, venho encarecer a Vossa Excelência, sejam adotadas as providências necessárias no sentido de serem abonadas as faltas ocorridas nas sessões plenárias dos dias 13, 14 e 15 p.p., cuja justificação prende-se a enfermidade grave de minha esposa, Maria das Dores Pessoa, que encontra-se em internação hospitalar na cidade de Londrina.

Sendo o que se apresenta, renovo a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

(a) SEVERINO FÉLIX.

REQUERIMENTO N° 1080

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Emílio Zola Florenzano, ocorrido, nesta data, em Curitiba.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado ciência à família enlutada e à categoria profissional a que o extinto pertencia: o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.05.91

Curitiba, quinta, em 16.05.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Emílio Zola Florenzano desaparece aos 54 anos, após ter se destacado na renovação da imprensa brasileira, trabalhando em jornais do Paraná e do Rio de Janeiro. Ele foi um dos fundadores dos jornais "Correio do Paraná" e "Diário do Paraná", tendo servido, ultimamente, como Secretário de Redação do jornal "Diário Popular", onde promoveu uma vigorosa renovação editorial.

Antes, Emílio Zola marcou uma passagem histórica pelo "Jornal do Brasil", onde participou do movimento de renovação liderado por Alberto Dines. No Rio, ainda, Zola trabalhou no "O Globo" e dirigiu uma editora técnico-jurídica, o Instituto de Cultura Jurídica, servindo com seu pai, o estimado professor e jurista Zola Florenzano, que hoje chora a perda de seu filho ilustre. Emílio Zola Florenzano deixa ainda, mãe, esposa, filhos e três irmãos: Suzy, Luiz Antônio e Rogério, todos cidadãos de destaque na vida curitibana.

REQUERIMENTO N° 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE PESAR, pelo falecimento do Sr. RAPHAEL KULINSKI, ocorrido em 15 de maio de 1991, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a:

.OLGA KULINSKI (viúva)

Rua Desembargador Motta, 2601 - Centro Curitiba-Pr.

.ANATÁCIO KULINSKI (irmão)

Rua Augusto Stelfeld, 799 - Centro Curitiba-Pr.

.MARIA KULINSKI

Rua Visconde de Nacar, 412 Pitanga- Pr.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Raphael Kulinski nasceu em 12 de outubro de 1922, em Prudentópolis, Paraná. É filho de Miguel Kulinski e Amália Kulinski. Exerceu cargo na Prefeitura Municipal de Curitiba, quando foi empossado numa das cadeiras do Palácio Rio Branco, por ter sido eleito Deputado Estadual. Fez parte da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como 4° Secretário, no período de 1955 a 1958 e também ingressou na 4.ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Paraná de 1959 a 1963.

REQUERIMENTO N° 1082

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o Augusto Plenário, deferência da Mesa Executiva para utilização, por tempo predeterminado, da tribuna do plenário pelo representante do "SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DO PARANÁ"; "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PRODUTORES CULTURAIS" e "ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS AMADORES", na sessão ordinária de 16 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 1098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO SENADO FEDERAL, SENADOR PEDRO SIMON, sobre o Projeto de Lei do Deputado Nelson Jobin que regulamenta o uso de medidas provisórias pelo Presidente da República.

O artigo 9° do referido projeto limita a reapresentação de medidas provisórias em apenas uma vez, o que é correto, para resgatar as funções legislativas do Congresso Federal, caso contrário Deputados Federais e Senadores passarão a ser meros apreciadores de medidas provisórias.

Requer ainda seja enviado cópia do presente a todos os Senadores da República.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO;

DOUTOR ROSINHA;

e ERNANI PUDELL

#### REQUERIMENTO N° 1081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Fernando Collor de Mello, Diretor do Departamento da Receita Federal, Romeu Tuma, Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva Superintendente Estadual da Receita Federal, Superintendente Regional da Receita Federal em Ponta Grossa e ao Delegado da Receita Federal de Ivaiporã, manifestando a desaprovação à intenção de se determinar o fechamento da Delegacia da Receita Federal em Ivaiporã. Tal oficiamento às autoridades relacionadas deverá ter cópia do pronunciamento efetuado pelo Deputado subscritor em plenário, para melhor fundamentação da matéria.

Sala das Sessões, em 16.05.91

(a) PAULO MAIA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Comunidade do Vale do Ivaí está muito preocupada com a intenção do Governo Federal em se fechar a Delegacia Regional

da Receita Federal em Ivaiporã. A região é responsável por uma grande arrecadação de tributos, dentre os quais os da competência da União, que estará à mercê de sonegação caso concretizado esta intenção que é de conhecimento generalizado da sociedade. A justificativa que estaria fundamentando esta atitude inoportuna do governo seria a de contenção de gastos com pessoal; entretanto é de se ressaltar que o Vale do Ivaí, com sua produção agrícola e indústrias lá instaladas, posta-se como grande fonte arrecadadora, que justifica, em verdade, a manutenção e até um aumento das atividades da Delegacia da Receita Federal.

Não se justifica, de modo algum, a concretização desta intenção de se fechar a Delegacia da Receita Federal de Ivaiporã, em razão do fato de que na região o órgão até agora só apresentou uma grande rentabilidade e atuado como mais um freio à tentativa de sonegação de tributos. Não se justifica, ainda, em um País que quer fomentar a sua arrecadação e acabar com o déficit público, o fechamento de uma delegacia do fisco em uma região altamente produtiva, em que a riqueza circula em grande volume e que a União pode e deve fomentar as suas atividades de polícia tributária.

#### REQUERIMENTO N° 1088

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante o presente firma, no uso de suas faculdades regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado o Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Paraná, solicitando providências urgentes visando a ampliação de agência da Empresa na Sede Municipal de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

REQUER, igualmente, do aprovado, seja dada comunicação ao Senhor Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon e bem como, ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) ÉLIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Marechal Cândido Rondon está economicamente entre os mais ativos do Estado do Paraná, graças ao desenvolvimento alcançado na produtividade agrícola, bem como, na atividade empresarial, no comércio e na indústria, decorrente da alta fertilidade do solo e da facilidade topográfica e tino empreendedor de sua classe de comerciantes e industriais, respectivamente.

No entanto, nem todos os órgãos públicos que prestam os seus serviços à comunidade acompanharam o crescimento pujante que se verificou e ainda se verifica, em virtude do acelerado processo com que as

relações econômicas se desencadeiam neste Município. Assim, urge, que esses órgãos se organizem estruturalmente para atender a nova realidade e as novas condições para prestar um atendimento mais qualificado, em consonância com a demanda operacional que a comunidade necessita e deseja.

Entre os órgãos públicos que no município em apreço não tem acompanhado o crescimento está a agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A sua estrutura ali, está totalmente deficitária, exigindo a imediata ampliação das instalações para melhorar o atendimento público junto à agência, uma vez que esse setor ora dispõe de um funcionário. O que acarreta a formação de longas filas, fazendo com que as pessoas desperdicem o seu valioso tempo destinado ao trabalho que faz o progresso e o crescimento daquela unidade municipal.

O nosso requerimento motivado pelos reclames da comunidade em consideração, vem ainda consubstanciado pela manifestação da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon e da Câmara Municipal, cuja entidade e Poder já há muito tempo tem solicitado as providências necessárias à Direção Regional da ECT para o caso. Entretanto, nunca tiveram uma resposta satisfatória.

#### REQUERIMENTO N° 1089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conferidas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião, solicitando estudos dos órgãos competentes do Poder Executivo para a isenção do ICMS aos defensivos agrícolas.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

#### JUSTIFICATIVA:

Diante da louvável iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião de isentar os fertilizantes do ICMS, a extensão da medida aos defensivos agrícolas acarretará o barateamento, ainda maior da comida do trabalhador. Ressaltamos que outro fator positivo será a competitividade do preço de mercado da produção paranaense perante os Estados que não adotam a medida. Certamente o Poder Executivo encontrará inúmeras razões de caráter social e econômico que justifiquem a iniciativa.

#### REQUERIMENTO N° 1097

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais conferidas, REQUEREM, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Ex-

Curitiba, quinta, em 16.05.91

celentíssimo Senhor João Santana, Ministro da Infra-Estrutura, solicitando urgente recapeamento asfáltico na Rodovia BR-277, trecho Curitiba-Spréa-Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

#### JUSTIFICATIVA:

O recapeamento, objeto do presente requerimento é uma necessidade urgente.

O trecho em questão, Curitiba-Spréa-Curitiba, é linha de tráfego intenso, quer de veículos de passeio, ônibus e caminhões, tendo em vista que a dita Rodovia, liga todas as regiões do Estado do Paraná ao Porto de Paranaguá.

Sem tal providência, haverá deterioração completa do pavimento, tornando os gastos de recuperação muito superiores.

#### REQUERIMENTO N° 1084

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conferidas, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente às autoridades acima mencionadas, solicitando providências imediatas, com a designação de pessoal (fiscais e guardas florestais) para o Escritório Regional do ITCF de Paranavaí, tendo em vista que naquele escritório estão lotados somente dois fiscais para atender toda a região. Solicita também a destinação de viaturas e novos equipamentos, pois aquele escritório tem somente um veículo e dois barcos, sendo que um barco está inutilizado e com o motor fundido. A área abrangida por aquele escritório regional atinge parte dos Rios Paraná, Paranapanema, Ivaí e outros, além da Reserva Florestal de Diamante do Norte. Solicita o encaminhamento de cópia deste requerimento ao Escritório Regional do ITCF, a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) ARLINDO TROIAN

#### JUSTIFICATIVA:

No Escritório Regional do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, com sede na cidade de Paranavaí, estão lotados somente dois fiscais para atender a área na proteção da fauna, da flora, para combater a caça, a pesca e o desmatamento. No que diz respeito a veículos e equipamentos, o Escritório Regional possui somente um veículo e dois barcos para atender toda a região que é composta de parte dos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, além da Reserva Florestal de Diamante do Norte, cuja Reserva possui uma área e 1.426 ha.

Dos barcos a disposição naquele Escritório Regional, somente um está em condições de uso, tendo em vista que o outro encontra-se com o motor fundido, o que tem dificultado para uma ação mais enérgica

por parte dos fiscais, contra a ação de pescadores, caçadores e mateiros que vêm depredando os rios e reservas florestais localizadas naquela região Noroeste do Estado.

A ação desenvolvida pelos mateiros, caçadores e pescadores que residem na região, coloca em risco a fauna e a flora, com o desaparecimento na região de animais ali existentes, e que estão em fase de extinção. Os pescadores fazem uso indiscriminado de espinhéis e redes de pesca fora dos padrões permitidos por lei, o que tem causado a depredação dos rios lá existentes.

Caso não sejam tomadas providências imediatas com a designação de mais funcionários (fiscais e guardas florestais), bem como veículos e equipamentos, não haverá condições de se desenvolver um trabalho sério para proteger a fauna, a flora, e combater o desmatamento indiscriminado, que vem sendo praticado por mateiros e caçadores que residem na região, além de pescadores de outras regiões que para lá se deslocam, e que não medem consequências de seus atos.

Com um maior contingente de fiscais e guardas florestais, temos certeza que a proteção das matas nativas, rios, a fauna e a flora, será mais efetiva, não permitindo a caça e a pesca, e assim evitando a extinção de animais que ainda existem, mas que dificilmente são encontrados em outras regiões.

Recentemente a imprensa escrita, falada e televisada local, estadual e nacional, deram grande destaque à ação desenvolvida pela Secretaria Especial de Assuntos do Meio Ambiente, ITCF, Polícia Florestal e o Ministério Público na Região Metropolitana de Curitiba, contra um empresário que vinha construindo uma barragem clandestina e que punha em risco a qualidade ambiental.

Porque então estas ações de combate a destruição de matas nativas, rios, a fauna e a flora não são desenvolvidas também no interior, designando um contingente maior de fiscais e guardas florestais com equipamentos especializados, viaturas para que possam se deslocar com mais facilidade, e não corram riscos de vida.

Senhor Presidente e demais Parlamentares que compõem este Poder Legislativo; providências enérgicas têm que ser tomadas para combater a caça, a pesca e o desmatamento indiscriminado não somente na região noroeste, mas em todo o Estado do Paraná. Hoje, existem no mundo inteiro grandes movimentos formados por estudantes e uma grande parcela da sociedade, grupos que saem em grandes passeatas protestando contra a depredação da ecologia e do meio ambiente, procurando chamar a atenção da

comunidade em geral, e principalmente das autoridades governamentais, para o grande perigo que corre a humanidade, com a poluição dos rios e bacias fluviais, o que conseqüentemente levará ao extermínio de peixes e animais, e também contra o desmatamento indiscriminado, que está acabando com nossas reservas florestais.

Talvez, com um contingente maior de fiscais e guardas florestais, pessoal realmente capacitado na orientação da sociedade de um modo geral, explicando e mostrando ao povo o perigo que corremos com a depredação de nossos rios e florestas, mas que esse pessoal esteja realmente em condições de exercer o seu trabalho, com veículos e equipamentos adequados para fazer uma fiscalização, sem o perigo de colocar em risco sua saúde e sua vida, mas principalmente que não se coloque em risco a segurança de sua família.

#### REQUERIMENTO N° 1085

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente às autoridades acima mencionadas, solicitando providências imediatas, com a designação de pessoal (fiscais e guardas florestais) para atender a Reserva Florestal localizada no município de Diamante do Norte. Solicita também para que seja colocado um veículo à disposição deste pessoal, tendo em vista que aquela reserva existe somente um guarda, que vem fazendo este trabalho a pé, portanto, não tendo a mínima condição de fazer um trabalho mais eficaz no combate aos mateiros e caçadores que estão destruindo e prejudicando a fauna e a flora.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) ARLINDO TROIAN

#### JUSTIFICATIVA:

A Reserva Florestal localizada no município de Diamante do Norte, no Noroeste do Estado do Paraná, possui uma área de 1.426 hectares, sendo a mais importante daquela região, e conta atualmente com apenas um homem (guarda florestal) para fazer o trabalho de fiscalização, mesmo assim sem as mínimas condições, pois este trabalho, atualmente é feito a pé.

A ação desenvolvida pelos mateiros, caçadores que residem na região, coloca em risco a sobrevivência daquela reserva, principalmente com o desaparecimento de animais ali existentes, e que estão em fase de extinção, além da depredação da flora.

É humanamente impossível, exigir-se um trabalho mais eficaz, quando ele é desenvolvido por apenas um homem, numa grande extensão de área de terra a ser percorrida, pois isso coloca em risco sua própria

vida e a segurança de sua família, quando tiver que tomar uma providência mais enérgica contra esses mateiros e caçadores.

A designação de mais pessoal (fiscais e guardas florestais), para atender aquela reserva, se faz necessária e urgente, como também existe a necessidade do veículo para que esse pessoal possa se deslocar com maior rapidez e mais segurança, porque os mateiros e caçadores nunca agem sozinhos, e é lógico, estão sempre bem armados, fazendo-nos chegar à conclusão de que nunca se entregarão pacificamente se forem surpreendidos dentro da reserva, e autuados em flagrante delito.

Recentemente a imprensa escrita, falada e televisada deu grande destaque à ação desenvolvida pela Secretaria Especial de Assuntos do Meio Ambiente, ITCF, Polícia Florestal e o Ministério Público na Região Metropolitana de Curitiba, contra um empresário que vinha construindo uma barragem. Porque então estas ações de combate a destruição de matas nativas, rios, a fauna e a flora não são desenvolvidas também no interior, designando um contingente maior de fiscais e guardas florestais com equipamentos especializados, com viaturas para que possam se deslocar, e não corram riscos de vida.

Senhor Presidente, e demais Parlamentares que compõe, este Poder Legislativo, a Reserva Florestal do município de Diamante do Norte é a mais importante reserva existente no Noroeste do Estado, e estamos aqui solicitando providências dos órgãos governamentais, para a sua manutenção e proteção da fauna e da flora.

#### REQUERIMENTO N° 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a designação de um médico veterinário para a municipalidade de Teixeira Soares.

Consubstanciado na iniciativa do nobre Vereador João Bello, há mais de um mês que a cidade não conta com um profissional, que se transferiu e, por consequência, inviabilizando completamente o trabalho junto ao setor criatório, o que só tem causado prejuízos.

Pelos motivos expostos, que essa Pasta, com base neste apelo, determine, num menor prazo de tempo possível, um médico veterinário para o Escritório da EMATER.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

Curitiba, quinta, em 16.05.91

#### REQUERIMENTO N° 1091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido da destinação de materiais esportivos para a Escola Estadual Nicolau Copérnio, localizada na municipalidade de Mallet.

Associado ao pleito formulado pelo ilustre Diretor, o Senhor Cleocir Lopacinski, o mencionado estabelecimento de ensino vem sofrendo muito devido à falta de melhores condições para ministrar a disciplina de educação física, carecendo de uma série de materiais, conforme específica em anexo.

Pelo exposto, espera-se a adoção de medidas capazes de, com a maior brevidade possível, atender a esse pleito.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com a finalidade de reivindicar a realização de obras na Escola Estadual Padre Wenceslau, na municipalidade de Irati.

De iniciativa do nobre Vereador Orlando Agulham Júnior, trata-se da construção de um pátio no referido educandário, para oferecer maior segurança e higiene das instalações, pondo fim aos transtornos atualmente verificados devido a grande afluência de público.

Em face do exposto, aguarda-se o encaminhamento no sentido de realizar o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 185/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS às empresas que se instalarem em municípios com população urbana inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, no período de 1° de setembro de 1991 a 31 de dezembro de 1994.

Art. 2º - As empresas referidas no artigo anterior, deverão conter em seu quadro de pessoal, no mínimo 80% (oitenta por cento) de empregados residentes e domiciliados no Município de sua instalação, para que as mesmas possam fruir dos benefícios desta lei.

Art. 3º - As empresas, objeto desta Lei, encaminharão projetos às Prefeituras e Câmaras Municipais, apresentando a estimativa de empregados e a previsão de faturamento.

§ 1º - Constatado o cumprimento do requisito do artigo 2º e aprovados pelas Câmaras Municipais os projetos apresentados pelas empresas, as Prefeituras Municipais encaminharão os dados ao Poder Executivo para a implementação dos benefícios desta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, tem por finalidade a busca da descentralização industrial, criando às empresas possibilidades para a sua instalação em municípios com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, com o objetivo de melhor distribuição de renda entre os pequenos municípios.

Dando-se melhores oportunidades de trabalho para as populações do interior do Estado, propiciando-se condições de vida, através da garantia de trabalho, tencionando-se com a proposta de autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais às empresas que se instalarem em localidades de menor concentração habitacional, evitar-se o êxodo rural fixando o homem do interior às suas raízes.

#### PROJETO DE LEI Nº 186/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, através das Secretarias de Política Habitacional, Planejamento e Agricultura, incumbido de apresentar um Programa de Mutirão Habitacional Rural, em apoio aos pequenos e médios produtores rurais do Estado.

§ 1º - Entende-se como beneficiários, para efeitos desta Lei, os pequenos e médios produtores rurais que cumpram os seguintes requisitos:

I - Propriedade rural comprovada, nela

residindo por no mínimo 5 (cinco) anos consecutivos.

II - Esteja em efetivo exercício de atividade rural com dependência exclusiva no setor agropecuário.

III - Utilização de mão-de-obra essencialmente familiar.

IV - Propriedade rural não superior a 50 (cinquenta) hectares.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir os créditos necessários à elaboração do Programa de Mutirão Habitacional Rural.

Art. 3º - Poderão participar do programa de Mutirão Habitacional Rural as Cooperativas de Produção, os Sindicatos Rurais e as Prefeituras Municipais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

A procura de melhores condições de vida, vem provocando nos últimos tempos, considerável êxodo rural e a diminuição de mão-de-obra, tudo pelo anseio do homem do campo em aproximar-se do conforto das grandes cidades.

Com o objetivo de dotar o segmento produtivo rural, de condições melhores de vida, visando a solução da carência habitacional do meio rural (nos termos do artigo 212, inciso IV, da Constituição Estadual), tomamos a presente iniciativa legislativa, apresentando a proposta da criação do Programa de Mutirão Habitacional Rural.

Hoje existem tão somente programas habitacionais direcionados às populações urbanas, constituindo-se em enorme discriminação contra os habitantes do interior, que tanto necessitam condições mínimas de conforto habitacional, que atendam os requisitos básicos de uma moradia que não agrida a dignidade humana.

Ressaltado o caráter meritório da questão, solicitamos o apoio ao presente Projeto de Lei aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, enfatizando que a proposta de construção de habitações rurais visa acima de tudo fixar o homem do campo, evitando todos os problemas que advém com a transferência deste contingente populacional para as grandes cidades.

#### PROJETO DE LEI Nº 187/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, nas dependências do antigo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas IBPT, atual TECPAR, à Rua dos Funcionários, no Juvevê, um me-



memorial Marcos Augusto Enrietti, compreendendo:

a) - Banco de Dados históricos e imagens alusivas à fundação e evolução do antigo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas;

b) - Um Museu de Instrumentos, de pesquisas científicas, com os itens do acervo histórico do órgão, em poder da Entidade que sucedeu, o TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná;

c) - Uma Biblioteca de Biociências, compreendendo o acervo da biblioteca do antigo IBPT e atual TECPAR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da celebração do cinquentenário do antigo Instituto de Biologia e Pesquisas Científicas, atual TECPAR, fundado em 1941, através do decreto-lei nº 11.008, de 08 de fevereiro, sob a denominação de Instituto de Biologia Agrícola e Animal (IBAA) e convertido em IBPT, em 1942, sempre como órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura (em suas várias denominações), necessário, oportuno e adequado se torna um ato de homenagem à memória do cientista que o fundou, dando início, em nosso Estado, à Pesquisa Científica Sistemática nas Áreas do Conhecimento Agrônomo, Veterinário, Químico, Bioquímico, Geológico e Mineralógico, com extraordinários benefícios para o melhoramento das atividades agropecuárias do Estado e para o desenvolvimento da pesquisa científica na Universidade do Paraná.

Durante cerca de 20 anos à frente do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Marcos Augusto Enrietti criou uma verdadeira infra-estrutura de pesquisas científicas que levou o Paraná de seu tempo à posição de vanguarda científica nacional. Natural e oportuno se torna o ato de criação de um Memorial evocativo de sua obra, capaz de servir às gerações futuras como permanente referência à importância da pesquisa científica, mormente quando passamos a enfrentar novos e graves desafios, como a poluição dos solos e das águas, a destruição de nossos recursos naturais e a ameaça de flagelos como o cólera.

#### CUSTOS:

A criação do Memorial Marcos Augusto Enrietti não representará custos para o Erário, uma vez que os itens que o compõem, acima discriminados (banco de dados, museu de instrumentos, biblioteca de Biociências), já estão em poder da entidade sucessora do IBPT, o TECPAR, bastando reuni-los em recinto já existente, nas depen-

dências e estruturas tradicionais do IBPT/TECPAR, à Rua dos Funcionários, no Juvevê.

#### OBJETIVOS ADICIONAIS:

Além de um ato de justiça à memória do fundador da pesquisa científica sistemática no Estado, o Memorial, com sua biblioteca e seu museu de biociências, além de um banco de dados históricos, servirá como referência e reunião de meios para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa científica entre a mocidade estudante do Paraná, situando-se na vizinhança contígua do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, ou seja, à Rua dos Funcionários, onde estudam cerca de 7.000 universitários das áreas biocientíficas, entre elas a Agronomia e a Veterinária.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Filho de dona Anita Ribas (em seu primeiro casamento com Carlos Andrea Enrietti), Marcos Augusto Enrietti nasceu aos 29 de outubro de 1913, em São Paulo, SP. Sua infância se dividiu entre permanências no Brasil e Itália, de onde eram naturais os seus pais. Formou-se, ainda adolescente em Agronomia, na École D'Agriculture de Ahun, no Departamento de la Creuse, na França. De volta ao Brasil, cursou Medicina Veterinária na Escola Superior de Veterinária do Paraná, em 1937. Fez longa residência nos laboratórios do Instituto Biológico de São Paulo. Criou em 1940 o Laboratório de Análises e Pesquisas, junto ao Departamento de Agricultura, do Governo do Paraná, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, do Governo do Paraná. Em 1941, converteria o antigo L.A.P. no Instituto de Biologia Agrícola e Animal, por sua vez convertido no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, em 1942.

Durante cerca de vinte anos, dirige o IBPT, exercendo ao mesmo tempo o magistério na Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná. Em sua direção, o Instituto de Biologia torna-se um órgão de pesquisas científicas sistemáticas com enormes repercussões benéficas para o parque produtivo do Estado e com grandes conquistas no auto-conhecimento dos recursos naturais paranaenses. Além da produção de grande número de vacinas de uso animal e humano, o IBPT realiza em seu tempo toda uma infra-estrutura de pesquisa de apoio à agricultura e à pecuária, bem como à indústria nascente do Paraná, constituindo-se como entidade extraordinariamente eclética, preocupada com todas as áreas do conhecimento científico de imediata utilidade às práticas econômicas entre nós. Graças ao prestígio alcançado pelo IBPT de Marcos Enrietti em nível nacional, Curiti-



ba tem a honra de sediar, em 1950, a II Reunião Anual da S.B.P.C. Antes mesmo da fundação da Petrobrás a Divisão Experimental de Combustíveis do IBPT, coordenada por Ludwig Weber e outros companheiros de Enrietti, realiza pesquisas de fundamental importância para a industrialização dos carvões minerais do Estado, que vão resultar na construção da Usina Termoelétrica de Figueira (atualmente vinculada à COPEL) e para o aproveitamento das reservas de xisto pirobetuminoso de São Mateus do Sul, reunindo conhecimentos que seriam mais tarde transferidos como tecnologias para a Petrobrás. Afastado da direção do IBPT, em 1961 - o dr. Marcos Augusto Enrietti dedica-se em tempo integral às suas atividades de Professor da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Paraná, onde vem a chefiar vários departamentos, representando a escola junto ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR, que preside a partir de 1971. Foi presidente da Associação dos Professores da Universidade entre 1965 e 67, e presidente pela segunda vez da Sociedade Paranaense de Medicina e Veterinária entre 1968 e 1970. Fez várias viagens ao exterior, interessando-se pela organização e estrutura dos centros de pesquisa e estações experimentais. Em 1973 foi distinguido com a cidadania honorária do Estado norte-americano de Oklahoma, concedida pelo governador David Hall. Através da Assembléia Legislativa, o Paraná outorgou-lhe a cidadania a 22 de outubro de 1981, um dia depois de seu falecimento, sendo o título entregue aos seus familiares por ocasião da missa de sétimo dia.

Pela oportunidade e pelo mérito, solicitamos o apoio de todos os Deputados para que possamos resgatar parte da História do Paraná.

Anexo - Livro "DO I.B.P.T. DE MARCOS AUGUSTO ENRIETTI AO TECPAR", que apresenta NOTAS para a História de uma Vanguarda Científica 1941 - 1991.

PROJETO DE LEI N° 188/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO DEFICIENTE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 16.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, com sede e foro na cidade de Curitiba, é uma Associação Civil, sem fins lucrativos,

Associação Civil, sem fins lucrativos, criada com a finalidade de atuar junto ao Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, do INAMPS-PR e, extensivamente, às demais unidades de prestação de serviços do Ministério da Previdência e Assistência Social - INAMPS, INPS, FUNABEM e LBA, sediadas em Curitiba, no que se refere ao planejamento e fiscalização das ações de atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, mental e/ou sensorial.

Merecendo aplauso e incentivo pelo muito que vem realizando, em favor do deficiente, justifica-se plenamente seja o Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, declarado de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Quero me manifestar neste dia, na tribuna, em razão de um assunto que já foi objeto de apreciação nesta Casa no mês de março último passado quanto à edição de Medidas Provisórias.

Sabemos que na época da ditadura militar, do regime fechado, o famoso decreto-lei era um instrumento autoritário do Poder Executivo para governar o País a seu bel-prazer. Com a mudança, com a abertura e com a mudança de regime - ou pelo menos se tenta isso no País - e com o advento da nova Constituição que instituiu a Medida Provisória em substituição ao decreto-lei que era instrumento da ditadura militar.

Diz a Constituição que o Presidente da República deverá utilizar-se das Medidas Provisórias, limitando-as a matérias de urgência e relevância ao País. No mês de março, último passado, esta Assembléia se manifestou através de um requerimento da nobre Deputada Emília Belinati, encaminhando ao Senado e à Câmara Federal um requerimento dando apoio ao projeto que estava tramitando no Congresso Nacional do Deputado Nelson Jobim, que regulamentava a edição de Medidas Provisórias.

O requerimento foi encaminhado por esta Assembléia, e é do conhecimento de todos nós, da população brasileira, que através da aglutinação de forças dos Parlamentares que dão sustentação ao Governo no Congresso Nacional, o projeto de lei foi derrotado na Câmara dos Deputados, tendo sido encaminhado ao Senado Federal para a sequência da apreciação.

A situação caótica em que nos encontramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esse poder exagerado do Presidente da República, que cria uma situação praticamente ao Congresso, ao País, diante do

exagero das edições de Medidas Provisórias pelo Presidente da República.

Desde que foram instituídas em 1988, há 28 meses, já foram lançadas 295 Medidas Provisórias. A reedição sistemática de tal instrumento desmoraliza o Parlamento e decreta a sua falência. Na última legislatura - quero resgatar esse dado histórico e interessante - o Congresso Nacional não fez outra coisa a não ser votar Medidas Provisórias do Presidente da República. Exemplo disso é o fato de o Congresso ter que ser convocado em 5 dias, caso esteja em recesso, quando o Presidente edita a Medida Provisória.

O fato de algumas Medidas não terem sido aprovadas, são reeditadas pelo Presidente da República, o Congresso rejeita e o Presidente continua com o poder de reeditá-las, mesmo sendo rejeitadas pelo Congresso Nacional.

O uso banalizado da edição de Medidas Provisórias pelo Presidente da República chegou ao cúmulo de ser editada uma Medida Provisória para destinar um carro ao Vice-Presidente da República. O uso das Medidas Provisórias nesse sentido vem banalizar aquilo que é instrumento sério para ser usado como diz a Constituição.

Diante disso, nós queríamos relatar que nesta semana, a Comissão de Constituição está apreciando no Senado Federal, o projeto do Deputado Jobim, sobre a limitação das Medidas Provisórias, o qual foi encaminhado da Câmara dos Deputados. O Senador Pedro Simon está sendo o relator - Senador pelo Rio Grande do Sul, está sendo o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e resgatou no parecer a limitação das medidas provisórias que havia sido derrotada na Câmara dos Deputados.

O que nós entendemos, e o nosso Partido assumiu isso como uma bandeira e nestes dias, nas 23 Assembleias Legislativas dos 23 Estados do País que nós temos representantes do Partido dos Trabalhadores, estamos nos pronunciando neste sentido, solicitando aos Srs. Deputados, às Assembleias Legislativas, que enviemos uma moção de apoio ao Senador Pedro Simon pelo resgate da moralização das medidas provisórias no seu relato do projeto de lei no Senado Federal e também ao Senado como um todo, para que mantenha esta decisão do Senador Pedro Simon, de trazer de volta no seu substitutivo para o projeto, a limitação das medidas provisórias pelo Presidente da República.

Queria, para encerrar, solicitar encarecidamente aos Srs. Deputados, a esta Casa de Leis, para que nos manifestemos, levando este apoio desta Assembleia ao relator, ao substitutivo do Senador Pedro Simon e ao Senado, para que se retome e o

Curitiba, quinta, em 16.05.91

Senado mantenha a limitação das Medidas Provisórias nesta lei que estará em tramitação nesta semana.

Era isto.

Muito obrigado ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, e contamos com o apoio a este requerimento que a Assembleia enviará hoje ao Senado Federal e ao Senador Pedro Simon, Relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

(Declina).

Com a palavra o Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano de 1989, após décadas de espera por uma eleição presidencial, o povo brasileiro foi às urnas, escolher o seu Presidente da República.

Tínhamos no segundo turno, duas opções: uma era de um trabalhador que trazia o projeto de esperança para a classe trabalhadora neste País. Trazia o projeto que afirmava sobre a necessidade de realizarmos as grandes transformações estruturais que a sociedade brasileira exige; realizar uma ampla reforma agrária que trouxesse a paz no campo e que permitisse a milhões e milhões de brasileiros, o acesso a um pedaço de chão para plantar, para produzir, que permitisse a tantos brasileiros tornarem-se cidadãos e se integrarem na economia brasileira.

Esse mesmo projeto que trazia esse operário, nos falava sobre a necessidade de uma política de distribuição de rendas, uma política de desenvolvimento que permitisse assegurar a demanda da sociedade, que permitisse assegurar a produção de bens de consumo para amplas camadas da população hoje marginalizada e colocada no abandono.

Tínhamos também uma segunda opção: um cidadão jovem, do Alagoas, e que encarnava um inimigo maior do Governo Sarney. Dizia aquele cidadão que o Governo Sarney era um governo fraco, de corruptos, e encarnava a antítese disto. Dizia que acabaria com os marajás, que não admitiria a corrupção. Falava que governaria para os descamisados. Dizia que solucionaria o problema dos aposentados como o seu primeiro ato de Governo. Dizia que tinha uma bala certa para derrubar o fantasma da recessão. E dizia, fundamentalmente, que iria governar para os pequenos, para os despossuídos e descamisados.

O Paraná talvez, dentre todos os Estados do Brasil, foi aquele que acreditou,

em maior número de sua população, na mensagem daquele que vinha do Alagoas. Foram um milhão e meio de votos acima do seu concorrente, aqui no Estado do Paraná.

E eu quero dizer aqui hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná certamente foi vítima de uma das maiores traições que a nossa História já conheceu. Temos hoje, lamentavelmente, a constatar que com razão cada vez mais o nosso povo não tem mais motivos para acreditar nos políticos, não tem mais motivos para ter esperança.

Vejamos, Srs. há poucos dias cai a Ministra da Economia, que quando entrou no governo Collor, este mesmo Presidente disse que era para ficar até o último dia do seu mandato. E mais que isto: invocava para si a tarefa de condutor do processo de desenvolvimento e de recuperação da economia brasileira. O Presidente da República assumiu perante as câmeras de televisão, perante o povo brasileiro, a responsabilidade direta pela política econômica.

Cai a Ministra da Economia, e no lugar dela entram os principais colaboradores do Governo Sarney.

É duro termos que reconhecer hoje a semelhança trágica que existe entre o primeiro ano do Governo Collor e o último ano do Governo Sarney. A semelhança é muito grande. Disse que ia combater a inflação com apenas um tiro, e hoje tem que carregar a sua cartucheira e atirar a esmo para ver se consegue resolver este grave e crônico problema da sociedade brasileira. A inflação persiste. E o que é mais grave, numa política ortodoxa, orientada pelos interesses dos banqueiros internacionais, aplicou sobre a sociedade brasileira, uma das mais brutais políticas recessivas de que se tem notícias neste País. E apenas um ano tivemos uma queda de mais de 4% do PIB nacional. Em um ano estamos assistindo a um dos maiores índices de desemprego e de arrocho de que a História já teve notícias.

(É-lhe tirado o som)

Para concluir, Sr. Presidente.

E é importante lembrar aqui que a sociedade brasileira que vinha de há muitos séculos de uma política econômica distorcida, de um modelo econômico concentrador de riquezas que exclui grandes parcelas da população brasileira ao acesso à riqueza, ao emprego, às condições mínimas de cidadania, não pode suportar, pela sua estrutura social, uma recessão brutal como a que estamos assistindo hoje neste País. E o que é mais grave, o povo brasileiro foi novamente, no ano de 1990, depositar suas esperanças nas urnas, principalmente na renovação do Congresso Nacional. Novamente no ano passado a população foi às urnas escolher os representantes do Congresso

Nacional.

Paira sobre aquela Casa de Leis a regulamentação de praticamente toda a legislação complementar que previa avanços no campo social e especial no direito dos trabalhadores e na proteção dos interesses maiores da sociedade brasileira.

Para decepção de todos nós infelizmente, mais uma vez, parece-nos que o Congresso Nacional tem em sua composição um perfil marcadamente conservador. Não tem cumprido a sua função maior que é a de regulamentar os avanços sociais conquistados pela Constituição de 1988: uma Casa de Leis que hoje se dedica exclusivamente para apreciar medidas provisórias editadas autoritariamente pelo Presidente da República.

É por isso, Srs. Deputados, que os trabalhadores deste País, cansados de esperar pelo cumprimento de promessas que nunca são realizadas; cansados de esperar por ações concretas dos Governos que indicam o caminho rumo à justiça social, conscientes de que infelizmente apesar de todo o processo, do avanço democrático que tivemos em nosso País, as elites controlam as instituições, em especial os Governos e os Parlamentos neste País, não têm demonstrado sensibilidade e interesse para reverterem as graves condições sociais a que estão submetidos mais da metade do povo brasileiro, que vivem em condições de miséria.

É diante deste fato, diante dessa conjuntura e dessas circunstâncias, que nós do Partido dos Trabalhadores e também do Partido Socialista Brasileiro, entendemos que é urgente, inadiável e imediato a necessidade de se retomar neste País, as grandes mobilizações de massa, as grandes mobilizações populares.

É por isso que eu quero aqui, em nome do PT e do PSB, hipotecar o nosso apoio irrestrito e solidariedade à greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores, para os dias 22 e 23 deste mês.

Porque nós entendemos, que nessa conjuntura, a única alternativa que restou aos trabalhadores, ao nosso povo sofrido é o caminho das ruas, é o caminho da mobilização, é o caminho da pressão popular.

Porque somente com isso, com essa manifestação de protesto, nós conseguiremos gradativamente reverter essa situação, sensibilizar às autoridades, pressionar os Governos e os Parlamentos, para que adotem medidas imediatas de combate à recessão, ao desemprego e à fome neste País.

E por isso também convocamos os demais colegas Parlamentares desta Casa, a também hipotecar apoio e solidariedade a esses movimentos, porque infelizmente, do ponto de vista institucional, estamos com as mãos amarradas, dada a superioridade dos

setores conservadores deste País, restando pois, aos trabalhadores a única alternativa de que dispõem, o seu único instrumento de luta eficaz, que é a greve, a mobilização e o protesto contra esta política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesses últimos dias, se discutiu muito a Universidade aqui no nosso Plenário. Fizemos seminário, se discutiu, sobre o salário dos professores, a situação das nossas Universidades.

E observando esses dados todos, eu na qualidade de técnico que sou, o tecnocrata como alguns chamam, cheguei a algumas conclusões que gostaria de transmitir aos meus colegas.

Tomei como exemplo a Universidade de Londrina, que tem em torno de 10 mil alunos e mais ou menos mil professores.

Estes números dados não são exatos porque até hoje não consegui descobrir porque os números do Governo e da Universidade são tão diferentes.

Mas, para arredondar e para efeito de cálculo é muito fácil: dez mil alunos e mil professores. Se metade, metade apenas, destes alunos pagarem 40 mil cruzeiros por mês para a Universidade, 40 mil - e os Senhores podem alegar que 40 mil é muito, mas nós sabemos que mais de 50% dos alunos que entram nas nossas Faculdades fazem o tal do "cursinho", que é curso pré-vestibular, que é pago; e muito bem pago - se apenas a metade, para efeito de cálculo, destes alunos pagarem 40 mil cruzeiros por mês para a Universidade de Londrina, daria uma receita de 200 milhões de cruzeiros, mensalmente. Daria para pagar o que?

Daria para pagar pelo menos metade dos professores que dão aula nesta Universidade. Se eu pagar 400 mil cruzeiros por mês. Não precisa pagar 150 mil cruzeiros como está pagando hoje.

Nem oitocentos. Pagando 400 mil cruzeiros por mês, com estes recursos, metade dos alunos que podem pagar, daria para pagar a metade dos professores.

Olha, eu não sei se isto é comunismo, se é liberalismo, se é socialismo, se é nazismo ou qualquer outro "ismo", que existe por aí.

É uma constatação. Será que não é demagogia isto que nós estamos fazendo?

Metade dos alunos. E eu conheço bem a Universidade de Londrina, cidade na qual eu morei.

O Governo Estadual poderia arcar com o estudo das pessoas que não têm condições

Curitiba, quinta, em 16.05.91

de pagar! Estes outros 50%, 30%, 40% que não têm condições de pagar, estes sim, é que o Governo Estadual deveria pagar; assim como eu acho que deveria ser levado, também, ao Governo Federal.

Na Universidade Federal do Paraná, é a mesma coisa, ou muito pior. Porque só passa na Universidade Federal do Paraná, quem faz cursinho.

E não é o pobre quem faz o cursinho, não! Quem faz cursinho é quem tem condições de fazer cursinho!

Então, é demagogia o que nós estamos fazendo! Onde está a distribuição de rendas? Eu acho que quem pode pagar, deve pagar, para que outros, menos afortunados, possam fazer o seu curso superior.

E o exemplo da Universidade de Londrina é gritante! Vá à Universidade e verifique quantas pessoas vão de carro.

O que mais se quer, lá, é aumentar o estacionamento! É tão fácil fazer a conta. Não precisa ser técnico, nem engenheiro, nem matemático para fazer. É uma constatação. Por isso é que eu gostaria de propor a universidade pública não obrigatoriamente gratuita.

Assim, quem quisesse ou pudesse pagar, que pagasse os seus estudos, para que outras pessoas que não possam pagar, possam ter a sua Universidade.

Esta é a nossa proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Nós falávamos, no início desta Legislatura da preocupação que o Paraná tinha no fechamento de agências do Banco do Brasil, mudando a realidade de diferentes cidades, neste Estado.

Nos posicionamos e pedimos que os diferentes municípios, constantes daquela lista, pudessem fazer uma mobilização e evitar com isso que o Paraná perdesse o direito conquistado de ter uma agência do Banco do Brasil dentro de sua localidade, dentro daquele município, que a partir dela teria e viveria uma realidade diferente.

Nós estamos assistindo hoje, e queremos deixar bem claro a nossa preocupação também, com relação a uma tomada de posição do Governo Federal que, há poucos dias, ameaçava fechar a Superintendência da Polícia Federal, de Londrina.

Nós acreditamos que a manifestação, feita pelo Paraná afora, deu a garantia a essa grande metrópole do nosso Interior de ter este órgão, que é representativo para o Paraná.

Hoje, nós estamos vendo a ameaça do fechamento da Delegacia Regional da Receita Federal do Vale do Ivaí, ou melhor, na cidade de Ivaiporã.

Nós conhecemos muito bem aquela região, sabemos da sua realidade, sabemos do distanciamento que tem Ivaiporã para outros grandes centros. E, esta movimentação tem trazido àquela coletividade, tem trazido ao Vale do Ivaí, uma preocupação bastante séria, pelos desdobramentos futuros, caso haja o fechamento desta única agência da Receita Federal, no centro do Paraná, que o Vale do Ivaí, que é a região de Ivaiporã.

Hoje, naquela região estão reunidos os contabilistas, estão reunidos elementos da sociedade que necessitam da Receita Federal. E no momento em que se faz uma cruzada pelo Paraná, se faz uma cruzada pela legalização, pela luta contra a corrupção, nos diferentes órgãos, tanto da Receita Estadual quanto de Federal, nós teremos, caso isto aconteça, caso não haja uma mobilização do Paraná, em termos do não fechamento daquela agência, nós teremos uma região enorme que hoje atinge mais de 500.000 habitantes, totalmente desprotegida desta fiscalização, a nível de Receita Federal.

Estamos apresentando, neste momento, à Casa, para que juntos, Assembléia Legislativa, Governo do Estado do Paraná e esta representação política do Estado do Paraná, nos ajudem numa mobilização para que a Região do Vale do Ivaí, para que o centro do Paraná, não perca, mais uma vez, com o fechamento da Delegacia da Receita Federal, pois pelo que é do nosso conhecimento jamais trouxe ao Governo Federal, jamais trouxe prejuízo aos cofres públicos.

E, nós estamos encaminhando à Casa, que esta Assembléia oficie ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Diretor da Receita Federal, a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, ao Superintendente da Receita Federal, a cuja Delegacia está subordinada a de Ivaiporã, que é a de Ponta Grossa, à Superintendência Estadual da Receita Federal e ao Delegado Regional da Receita de Ivaiporã, demonstrando a nossa manifestação contrária, a nossa desaprovação quanto a essa iniciativa que temos certeza trará enormes prejuízos não só à Região do Vale do Ivaí, como ao Paraná e ao Brasil.

Por isso esperamos que esta manifestação nossa, mereça o apoio desta Casa e que a gente possa aqui ver os interesses do Paraná, os interesses do Brasil, acima de economias que não levariam a nada, com esta proposta que estamos sabendo.

Ela vem apenas com aquela pecha que o seu fechamento importa em economia. Sabemos que há esbanjamento de recursos

públicos nas contratações de "jet skis", nas aventuras aéreas e tudo o mais...

Não é o fechamento de uma agência como a nossa no Vale do Ivaí que irá resolver os problemas deficitários aos cofres públicos do Estado do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

Nomeada por Roberto Requião para a pasta da Cultura - muitos ficaram surpresos e a própria Secretária esclareceu que é antropóloga e tem qualificação para a incumbência - Gilda Poli ainda não pôde fazer muito mas já conseguiu desagradar a "gregos e bolivianos".

"A Cultura nasce do ócio" - com esta frase, lançou a "Encíclica" de sua gestão cultural. Os meios artísticos entraram em polvorosa e, de dicionário à mão, lamentaram: "ócios do ofício".

A declaração que todos temos de respeitar por estarmos num regime de liberdade e democracia - causou estranheza por ser a Secretária um elemento ainda desconhecido, administrativamente falando, dos artistas paranaenses e envolvidos com a cultura. Neste caso, a prudência seria a melhor conselheira.

Com o "pó do café tropeiro" ainda alto, a Secretária nomeou Sérgio Todeschini Alves para a direção do patrimônio histórico-cultural do Paraná.

Tudo poderia ser muito correto, se não pairassem algumas dúvidas quanto à conduta desse cidadão, foi mantido na "geladeira" pelo ex-Secretário Renné Dotti, desde março do ano passado, quando foi preso pela Polícia.

Pois muito bem, este cidadão, de conduta duvidosa até prova em contrário pois foi libertado mediante "Habeas Corpus" e fiança - está ocupando um cargo de elevadíssima importância e responsabilidade, para o qual pode até ter qualificação, mas não tem atestado de idoneidade.

Mas, pouca miséria é bobagem.

Uma jornalista muito jovem, mas muito respeitada, pela sua inteligência, coragem e engajamento político - Valéria Prochmann, tem sido exposta a um espetáculo de deprimência e constrangimento, por falta de habilidade no encaminhamento da nomeação do novo diretor da biblioteca pública.

Valéria Prochmann - e eu quero mais uma vez ressaltar meu respeito a essa profissional - tem sido motivo de protestos e até de uma ação movida pela Associação dos

**Bibliotecários do Paraná.**

Exige aquela entidade o cumprimento da Lei Federal nº 4.084, que estabelece em seu artigo 6º: são atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia: A organização, Direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas... concernentes às matérias e atividades de administração e direção de bibliotecas.

Atropelaram a Lei, trombaram com uma categoria inteira, formada em cursos de terceiro grau, constrangeram seriamente uma pessoa idônea, acabaram como réus numa ação e criaram um clima insuportável dentro da biblioteca pública.

Esta casa está aguardando uma resposta da Secretária Gilda Poli, ao pedido de informações aprovado no dia 18 de abril, pedindo explicações sobre as obras de reforma do teatro da classe e aplicação de 57 milhões de cruzeiros autorizada pelo ex-Secretário Renné Dotti, para tais obras.

Hoje, os jornais trazem o que até ontem era apenas uma suspeita: a maior, mais ridícula e estúpida violentação de nossa classe artístico-cultural.

A Secretária Gilda Poli, da Cultura, anunciou a indicação do ator "carioca" Osvaldo Loureiro para a Superintendência do Teatro Guaíra.

Com este ato, pretende desmoralizar e espinafrear a classe artística do nosso Estado, promovendo um espetáculo odioso e repugnante pelas suas intenções.

Ora, Senhores Deputados, trazer um ator do Rio de Janeiro, para dirigir a Fundação Teatro Guaíra extrapola todos os limites da tolerância, do bom senso e próprio senso de ridículo. É de se estranhar que o Governador Requião, que conhece tão bem a cultura do Paraná, referende este ato. É pior, veja as mãos do seu irmão, Eduardo Requião, que mora no Rio de Janeiro, envolvidas nessa indicação.

É inadmissível o que se faz com nossos artistas, parecem brincar de fazer cultura, parecem definitivamente querer acabar com a tradição cultural do Paraná e transformar a Fundação Teatro Guaíra em uma casa de shows, boleros e espetáculos, esquecendo da promoção de nossa própria produção.

E não podem jamais alegar falta de nomes. Estão aí não apenas artistas reconhecidos no País inteiro por seu talento. Mas o que serve para o resto do País não serve para o Paraná, disse a Secretária Gilda Poli.

Nomes históricos do teatro do Paraná poderiam ser chamados e reuniram não apenas condições como também unanimidade junto aos artistas.

Mas não. O complô terrível, maldoso e cruel contra a nossa cultura quer o "fre-

nesi" da Ipanema carioca dos artistas Globais, dos salários altíssimos e dos nomes estrelinhas.

Golpe rude este na cultura do Paraná.

Será - eu pergunto aos Senhores Deputados - que existe alguma explicação para tudo isso? Deputado Líder do PMDB nesta Casa me desculpe, porque eu sou apaixonado pelo Paraná e às vezes deixo essa paixão falar mais alto, será que segundo a avaliação feita pela Secretária, pelo Governador, pelo Doutor Eduardo Requião, não existe mesmo nenhum nome paranaense capaz de dirigir a Fundação Teatro Guaíra?

Isto, definitivamente, não pode ser desconhecido. Esta Casa não pode ficar calada diante desse claro desprestígio, desrespeito à cultura paranaense.

Não há nada contra este artista que vem para dirigir o Teatro, nós até queremos defender a integridade dele, que pode até cair no fosso da orquestra, por desconhecer o Teatro Guaíra.

Sem dúvida alguma, a Secretária nos deve explicações. Sua atuação pode até ser polêmica, mas nunca discricionária.

Abaixo o terror e o tratamento de nossa cultura a bofetões, como disse a ex-Diretora do Museu de Arte Contemporânea - "MAC", Professora Mariza Bértolli, hoje em São Paulo, decepcionada com a forma cruel com que se trata da cultura do Paraná.

Vão os paranaenses e vêm os cariocas. E cuidado, se daqui a pouco, a Secretária, em nome da cultura, proibir a exclamação do nosso "leite quente".

Estão aqui, hoje, representantes de três categorias: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Paraná, SATED; Associação dos Produtores Culturais do Paraná, APAC; e Associação dos Artistas Amadores, preocupados com essas atitudes e buscando o apoio do Poder Legislativo, na defesa do que é nosso, da nossa cultura, dos nossos nomes, da nossa dignidade.

Apelamos ao bom senso do Senhor Governador, ainda há tempo para reparar essa discriminação à cultura do nosso Estado.

A Sra. Emília Belinati - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento). Eu quero me congratular com Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e dizer que em nome de Londrina, nós também queremos somar ao que Vossa Excelência disse hoje nesta tarde. Em nome dos artistas de Londrina e do Paraná.

De Londrina Nitis Jacom, Luiz Cláudio do Grupo Delta, Grupo Proteu e Grupo de Danças ADANAC.

Nós não estamos aqui questionando o direito do Senhor Governador, de nomear uma pessoa de sua confiança, mas o que nós realmente não podemos aceitar é que o Es-



fado do Paraná, que tem sido inclusive elogiado pelo grupo de artistas do Rio de Janeiro.

Inclusive os artistas do Rio de Janeiro não entenderam porque a nomeação de um artista carioca e não de um, de alguém relacionado a esta classe aqui no Paraná, para ocupar esta função.

Quero somar então com Vossa Excelência e cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputada Emília Belinati.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Caro Deputado Algaci Túlio, estranhámos muito a atitude da Secretária da Cultura, estar nomeando um carioca para ocupar determinado cargo.

Nós da região dos Campos Gerais nos solidarizamos com os paranaenses, que tem muitas pessoas com capacidade suficiente para ocupar tal cargo.

Então estamos aqui nos solidarizando com todos aqueles que fazer parte da cultura paranaense.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu me solidarizo com Vossa Excelência e eu creio que o que está se fazendo hoje a nível de Secretaria da Cultura, com a Professora Gilda Poli, responsável por aquela Pasta, demonstra, de fato, o que a Educação do Paraná passou em duas gestões no tratamento em relação à educação de 1º e 2º graus.

O que Vossa Excelência acaba de colocar é aquilo que também nós reclamávamos em praça pública, quando dizíamos da situação em que a Educação, em que as escolas de 1º e 2º graus se encontravam. Obviamente, o que acontece hoje na cultura e Vossa Excelência denuncia muito bem, demonstra de fato a nossa preocupação que pouca gente quis ouvir quando nós fazíamos as denúncias e inclusive tínhamos que ir à praça pública dizer o que se passava a nível de Educação.

Hoje, Vossa Excelência está denunciando algo que fere os anseios do Paraná. Nós também reclamávamos quando a educação pagava o preço que hoje está aí uma das piores heranças que recebe o professor Elias naquela Pasta, mas temos a certeza que ele há de fazer um trabalho transparente e digno que merece a educação e que merecem os educadores do Paraná, para demonstrar que de fato quando os professores denunciavam os maus tratos e a realidade porque passava a educação hoje se confirma em cima dessa realidade que Vossa Excelência comprova através dos desmandos na Cul-

tura.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Paulo Maia e concedo aparte ao Deputado Doutor Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Agradeço o aparte, mas queremos dizer que o ator Osvaldo Loureiro é um excelente ator o que não significa que deve ser indicado para dirigir o Teatro Guaíra, até porque nós temos pessoas com competência para isso.

Eu acredito até que não é surpresa nossa o tratamento que Roberto Requião vai dar à cultura do Estado do Paraná. Não é surpresa porque eu sei, os artistas também devem saber qual foi o tratamento que ele deu à frente da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Foi de total abandono, não privilegiando os artistas e a Cultura local em momento nenhum e muito autoritário no tratamento da questão Cultural, assim como nas demais questões.

Eu até acredito que a vinda de Osvaldo Loureiro é para que Requião mantenha a sua aparência de homem culto e inteligente como ele faz a entrevista do jornal Pasquim e defensor da Cultura como ele faz em todas as suas entrevistas, mas a prática tem sido calamitosa e de destruição das manifestações culturais populares e agora indo um pouquinho mais longe inclusive da destruição da classe cultural paranaense.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - ...É, a gente apela, então, se não houver uma reversão na situação, de pelo menos o ator carioca, se indicado para a Fundação Teatro Guaíra, talvez fique alojado no Hotel Mabu, que fica a menos de cem metros do Teatro, ou caso contrário vamos invocar, pedir ao Deputado Rafael Greca que dê uma espichada na linha vermelha indicando o caminho para o Teatro Guaíra.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Invocando o Artigo nº 82, do Regimento Interno da Casa, a juízo do Presidente ou por deliberação da Assembléia, poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se honrada, sente-se orgulhosa em poder nesta tarde, numa proposição do Deputado Lourenço Fregonese, prestar homenagem póstuma aos 105 anos de passamento do Dr. Leocádio José Correia. (Lê):

Após sua morte física, Leocádio José Correia tem prosseguido sua missão de amparar, aconselhar e curar.

Ao longo desses 105 anos, vem mantendo



presença espiritual em nosso Paraná - mas não só no Paraná. Tem se manifestado em todo o Brasil, e onde quer que seja solicitado.

O espírito Leocádio José Correa permanece sinalizando referencial de verdade e justiça. Exemplificação viva da proposta cristã, tem sido trabalhador incansável em benefício do próximo - pobres ou ricos, em palácios ou choupanas, seu discurso de amor e dignidade é feito com pertinácia e eficiência.

Como agente da Doutrina dos Espíritos, vem desempenhando corajosamente o papel de sensibilizador para uma nova ordem de vida na Terra. Educador por excelência, sabe dar a cada um o que é seu - e na justa medida de sua necessidade e compreensão.

Na Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos, através do médium Maury Rodrigues da Cruz, Leocádio José Correia tem atendido multidões. Pessoas que o procuram em busca da cura de suas dores físicas, morais ou espirituais. E a todos tem acolhido, sempre com a mesma disposição de servir, de trabalhar pela felicidade alheia.

Sua mensagem é o porto seguro em meio aos vendavais desses tempos de crise. Tão oportuna agora, quando valores e instituições estremecem diante da incúria dos homens".

Neste sentido, nós concedemos, antes registrando aqui as presenças honrosas para nós de Diretores do Centro Paranaense de Curitiba, Senhores Luiz Armando, Roberto Ricetti, Odilon Silva. Ainda Doutor Maury Cruz, Diretor do Museu Paranaense e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos, Doutor Rubens Correia, da Federação Espírita do Paraná e o ex-Deputado Federal, Léo de Almeida Neves.

Concedemos, no horário do Grande Expediente, a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese, que fará a saudação, a homenagem póstuma ao Doutor Leocádio José Correia. Tem a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Lê) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:

"- Não sei por que as coisas são tão difíceis para Paranaguá".

Essa frase pertence ao cidadão, ao político, ao médico, ao intelectual, ao humanista, LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA.

Paranaguá é uma cidade predestinada. Foi em Paranaguá, a partir de povoadores vindos de São Vicente e Cananéia, que começou o Paraná... A partir da bela Ilha da Cotinga, o Paraná nasceu (Pela mão dos parnanguaras se impôs).

No meio do povoado, depois cidade, viveu uma gente boa, inteligente. Era maior riqueza da Pernagoa de então. Em Paranaguá nasceram os primeiros artistas, os primei-

Curitiba, quinta, em 16.05.91

ros talentos. A cultura reunia-se ao seu derredor.

Com ela o Paraná conheceu os primeiros movimentos civilistas em favor do Brasil que se queria, a maioria de D. Pedro II, a abolição da escravatura, as lutas da independência, a República.

Paranaguá foi a cidade mais importante nos prolegômenos do Estado. Tinha uma economia forte. Pensou ser Capital da Província desmembrada de São Paulo. Não conseguiu!

Faz parte de seu Karma o insucesso no campo das conquistas políticas, compensada por Deus por uma imensa capacidade de arrancar do seio de si própria, motivos para sua felicidade.

Para mostrar sua cumplicidade com os Parnanguaras, Deus, pelas mãos de Pai Berê nos deu a Nossa Senhora do Rocio, hoje Padroeira deste progressista Estado, e fez muitos de seus homens, iluminados.

Pois foi nesse chão orvalhado pelos dons divinos que nasceu LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA.

Nasceu no dia 16 de fevereiro de 1848, e há cento e cinco (105) anos atrás, veio a falecer.

Paranaguá, encravada às margens do plácido Rio Itiberê, recebeu e embalou esse que foi um dos mais importantes homens, em todos os tempos, seja pelo talento político, sua cultura ou seu espírito humanitário.

A infância de LEOCÁDIO foi igual a de tantos outros. Travesso e muito arteiro, adorava pregar peças à "Tia Cândida", uma escrava herdada por seu pai.

Conquanto moleque travesso na Escola Paroquial, foi sempre seu melhor aluno. Da mesma forma que era um moço alegre e brincalhão, não se conformava com a discriminação dos negros. Na cabeça de LEOCÁDIO não entrava o fato dos negros não poderem assistir à missa junto com os seus "Senhores".

- Afinal, os homens, segundo os Evangelhos, não são todos irmãos?

Um dia seu pai determinou que ele, e seu irmão MANOEL, passassem a frequentar diariamente as missas da Igreja Matriz e ajudar o vigário em todas as tarefas piedosas da Irmandade de Nossa Senhora.

O "castigo" passou, mas LEOCÁDIO nunca mais foi o mesmo. Nele, crescia o fraterno sentimento de servir seu semelhante. Assim, decidiu seguir a carreira religiosa.

Quando estava prestes a tomar unção desistiu. Não era aquela, a Igreja de seus sonhos. A sua Igreja deveria ser a dos pobres e oprimidos e... a dos escravos.

- De que forma - pensava ele - poderia pregar, como padre, a liberdade, numa Igreja que não abominava a escravidão?

Convencido de que o médico é também um sacerdote, decidiu estudar medicina. Tinha 19 anos, então.

Durante seis (06) anos LEOCÁDIO estudou medicina no Rio de Janeiro. Apesar de pertencer à uma área diferente, LEOCÁDIO era muito solicitado a comparecer nas assembleias do curso de Direito.

De qualquer maneira tentou ficar afastado posto que estava decidido a ser um médico, não um político.

Leocádio estava sempre ajudando os colegas. Por um período sustentou a família de um bedel falecido.

Em razão de algumas dificuldades financeiras ministrou aulas de francês e português. Isso foi passageiro.

Ao estagiar na Santa Casa do Rio de Janeiro, teve a certeza de que nascera para aliviar as dores e os males. Sua dedicação aos doentes era tamanha, que volta e meia pedia aos colegas trabalhar em seus plantões, para não ausentar-se dos doentes por ele atendidos.

Em 20 de dezembro de 1873 doutorou-se. Sua tese: "Litotricia", tratamento para cálculo renal que consistia em triturar os cálculos na bexiga e na uretra.

Leocádio Correia jamais deixou de ser um abolicionista.

Ao retornar à Paranaguá enamorado da prima CARMELA CYSNEIRO CORREIA, foi procurado pelo amigo de infância Professor JOSÉ CLETO DA SILVA, para aderir ao movimento republicano. LEOCÁDIO não aceitou. Era abolicionista sim... Nada tinha contra a República, mas não simpatizava com as pessoas que faziam o movimento republicano no litoral.

Em 29 de agosto de 1874, casou, consolidando sua vida em Paranaguá.

Fundou um curso de francês para jovens do Clube Literário.

Escrevia versos para o jornal do Clube e para o Itiberê.

A admiração e o respeito que a população lhe devotava permitiu que seu tio MANOEL EUPHRÁSIO CORREIA, sugerisse que concorresse às eleições à Deputado da Assembleia Provincial para o biênio 76/77. Ele seria o representante do litoral.

Depois de muito relutar, aceitou.

Ao seu tio informou que não faria campanha. Não tinha tempo. Todos o conheciam. Pois que votassem nele os que quisessem.

Foi eleito com larga margem.

Senhores Deputados.

Falar desse homem no espaço de tempo deste sermão sem omitir facetas de uma vida aureolada de acontecimentos plenos de sentimentos de fraternidade, é impossível. Vamos adiante, todavia.

Na condição de Inspetor Sanitário dos Portos de Paranaguá e Antonina precisava viajar a fim de realizar a inspeção na ci-

dade capelista.

Sempre viajou sozinho. Sua carruagem não levava cocheiro. Sua companhia era uma bagagem que consistia em grande quantidade de remédios, feijão, arroz e batatas.

Pois esse arroz, esse feijão, a batata e os remédios ele os levava à uma Vila de Leprosos.

- Por que o homem sofre? - Perguntava-se nessas ocasiões.

Deve haver um motivo ligado ao destino das pessoas. Parecia lógico àquele médico que todos vêm ao mundo para cumprir uma missão... Que uns vivem para o bem, outros para o mal. E que o mal, habita no coração do próprio homem que paga as consequências.

Aos vinte e oito (28) anos foi eleito Deputado. Chegou aqui, em Curitiba, pouco antes da instalação da Assembleia.

Aqui constatou que a ausência do mar era o único defeito de Curitiba.

Leocádio foi designado para a Comissão de Ensino, por influência de Manoel Euphrásio que seria Presidente da Casa.

Mas as discussões entre liberais e conservadores não agradaram muito ao jovem Deputado.

Leocádio Correia era um conservador. Monarquista, sim, mas acima de tudo, um abolicionista...

E, um pensador. Meditando... Entendeu porque antes de ser médico detivera-se nos estudos espirituais. As necessidades do povo haviam-no transformado num médico de homens e de almas.

LEOCÁDIO CORREIA foi um amante do teatro. Foi no teatro Santa Celina que produziu e adaptou a peça "A Paixão de Cristo".

Esse gosto pelo teatro o identificava muito com o Professor José Cleto. Mas só nisto.

As divergências de ambos eram conhecidas na cidade e constantemente trocavam farpas através da imprensa.

O poder das idéias afastaram esses dois amigos de infância.

Em 1878 reelegeu-se Deputado Provincial. Deixou bem claro que este seria seu último mandato. Não queria mais conviver com a contradição ideológica.

Leocádio via com bons olhos o princípio republicano que todos são iguais perante a lei. Mas são os homens que fazem as desigualdades e, eles estavam tanto no regime monárquico como no republicano.

Foi Leocádio José Correia quem discursou ao Imperador D. Pedro quando do lançamento oficial da construção da Estrada de Ferro Paranaguá/Curitiba. Nessa época era Vereador em Paranaguá.

A construção da estrada de ferro ligando Paranaguá à Curitiba deu azo a profundos desentendimentos entre políticos de Antonina e de Paranaguá.

Em 05 de junho de 1880 acontece a inauguração da ferrovia. Num cofre foram depositadas moedas, jornais, a cópia da ata. Estava aberto o caminho para o futuro.

Este foi um acalentado sonho de Leocádio Correia.

Em 1884, nas eleições gerais seu tio Manoel Euphrásio vence a Generoso Marques dos Santos na disputa para Deputado Geral.

Nesse ano começaram as dores musculares e nas juntas do médico parnanguara. Tinha trinta e seis (36) anos.

Nesse ano com a visita da Princesa Izabel em Paranaguá a causa abolicionista cresceu. Muitos Senhores alforriaram seus escravos. Inclusive o Visconde de Nacar.

Em 02 de fevereiro de 1885, às 10 horas, partiu de Paranaguá o trem que inaugurou a ferrovia.

Nessa mesma hora, em Curitiba, sua Câmara Municipal promovia manifestações contra aquela inauguração, por temer o desemprego.

A questão abolicionista inflamava a alma dos parnanguaras e com ela a questão republicana ganhava corpo e adeptos.

O professor e amigo de Leocádio José Correia, JOSÉ CLETO DA SILVA, assumiu publicamente sua condição de republicano e pregava abertamente contra a monarquia.

O Presidente da Província, numa jogada, nomeou o Dr. Leocádio para exercer o cargo de Inspetor Paroquial das Escolas de Paranaguá.

Ele era o único capaz de fazer frente ao Professor Cleto. Os enteveros não tardaram. Aos poucos, os amigos de infância foram se afastando, cedendo espaço à uma recíproca animosidade.

De rivais políticos passaram a inimigos pessoais.

Não suportando o peso da animosidade, Leocádio põe seu cargo a disposição.

Concomitantemente, as dores, o inchaço e a febre retornaram. Sem poder andar, Leocádio se obrigava a ficar em casa. Chegou de uma só vez a ficar trinta (30) dias em casa, recolhido.

Por quatro (04) vezes pediu sua exoneração. Não lhe deram.

Os dias passavam céleres. Eram dias opacos. O brilho que as coisas possuíam e que eram a alegria do Dr. Leocádio, foi se apagando.

O azul do céu não tem mais aquela luminosidade radiosa.

Na presunção do fim ele começa a escrever no livro da "Inspetoria de Ensino", que estava se exonerando do cargo e agradecia as provas de confiança e de lealdade recebidas. As dores eram insuportáveis e ele não consegue terminar de escrever.

Farto de dor e suando muito, Leocádio cai na rua e é amparado por populares, de-

pois de ter sido confundido com um bêbado.

Por mais irônico que possa parecer ele não sabia o que tinha.

Impotente diante da moléstia, repetia sempre que muito havia por fazer.

No entardecer do dia 18 de maio de 1886, quando o sino acabara de tocar no Campanário, depois da hora da Ave Maria, e após retirarem-se as visitas, Dona Carmela convence-o que deve alimentar-se, retirando-se do quarto indo à cozinha.

Distante, ela não ouviu que o Dr. Leocádio a chamava. Estava morrendo, e queria a esposa perto de si.

Leocádio José Correia viveu trinta e oito (38) anos, três meses e dois dias. Muito pouco para quem fez tanto.

Sua presença hoje, revive em cada coração, em cada casa, porque ele viveu para o seu povo, e para essa gente que tanto amou.

E, aonde houver alguém padecendo do corpo, ou do espírito, Leocádio estará tentando minorar esses males.

Senhores Deputados:

Confesso que mais do que um privilégio, é uma honra estar hoje nesta tribuna, falando de uma figura tão singular, como a deste iluminado.

No momento em que a humanidade atinge um "Teto"... limitado pelo excessivo culto das formas e dos prazeres, que já se esgotam sob o demasiado desgaste do sensualismo da vida e epicurismo da inteligência, é bom evocar Leocádio José Correia.

Porque em face dessa saturação provocada pela mediocridade da vida, para satisfação somente das sensações do físico e ausência de motivos superiores da espiritualidade, decai o bom senso humano, dominado que é pelo excêntrico e pela novidade.

Daí essa inversão de valores tradicionais e a ausência de uma linha demarcatória do genial e do vulgar; do autêntico e do falso; do certo e do errado.

Doutor Leocádio José Correia, com sua presença permanente entre nós, mesmo tendo passado para o plano espiritual, há mais de 100 anos, nos dá uma lição de bondade e de pureza, fazendo-nos crer que os céus ouviram hosanas em nome Daquele que triunfou... Porque a partir de então a vida e a morte passaram a ter outro enfoque.

Nele aprendemos que os homens não se vão como as folhas secas das árvores... Que os pais não geram filhos para a morte... Que as mães não amamentam para o túmulo... E que a morte física não é o fim.

Ele representa pura mudança de capítulo no livro da evolução e do aperfeiçoamento.

Ao seu influxo, ninguém deve esperar soluções finais e definitivas, quando sa-

bemos que cem anos de atividades no mundo, representa uma fração relativamente curta para qualquer edificação na vida eterna.

Problemas gigantescos desafiam os espíritos valorosos, encarnados na época do presente, com a gloriosa missão de preparar a nova era, contribuindo na restauração da fé viva e na extensão do entendimento humano.

A espiritualidade vitoriosa, percorre o mundo, regenerando-lhe as fontes morais, despertando a criatura no quadro realista de suas aquisições.

O homem é um espírito eterno, habitando temporariamente o templo vivo da carne terrestre; em qualquer círculo da vida; que outras atividades são desempenhadas pela consciência encarnada; que a reencarnação é orientada por SUBLIMES ASCENDENTES espirituais; que a alma continue lutando e aprendendo, aperfeiçoando-se e servindo aos desígnios do Senhor.

Senhores Deputados,

Estou consciente da distância que separa este Deputado - dado grau de evolução espiritual - e o Doutor Leocádio.

Vivemos, cada um de nós, em um mundo... ou dimensões diferentes.

Doutor Leocádio está nos páramos da sua e eu, no meio da mediocridade, tentando escapar dela. Entretanto um ponto nos une e nos aproxima: É O AMOR PELA NOSSA PARANAGUÁ E À NOSSA GENTE!

Eles foram fonte de inspiração ao talento do humanista... Eles constituem a razão porque lutamos e buscamos o progresso e a valorização dessa cidade.

Obrigado, Doutor Leocádio.

Obrigado, pelo exemplo.

Obrigado, pelo amor e dedicação ao nosso povo.

São homens com sua estirpe que me fazem orgulhoso, repetir:

EU SOU DE PARANAGUÁ.

TENHO DITO!

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Eu quero parabenizar Vossa Excelência, falar do Dr. Leocádio eu talvez não seria capaz, mas eu vou dizer a Vossa Excelência, que no ano passado eu fui conhecer de perto, o que o Dr. Leocádio, faz em Curitiba, por milhares, milhares de seres humanos de todo o Brasil.

Ele não me conhecia, também não o conhecia, e naquela noite, entre duzentas ou trezentas pessoas que estavam na fila, eu era um, como todos, e fui falar com o Dr. Leocádio, eu fui levar a ele a minha doença. E foi ali, Deputado Fregonense, e é ali que eu me encontro com Deus, é ali que eu encontro uma verdadeira paz e uma verdadeira tranquilidade de espírito.

Eu respeito todas as religiões, com

carinho e com muito amor. Durante o tempo que eu fui conversar com o Dr. Leocádio, ele me fez uma série de apelos, foi depois então que eu comecei a ler um pouquinho a estudar quem era o Dr. Leocádio, que eu fui acordar, porque que ele amava tanto Paranaguá, porque que ele gostava tanto dos Parnanguaras.

E, no meu tratamento hoje graças a Deus solucionado, daquilo que eu fui procurar. O Dr. Leocádio me fez uma série de apelos, para que eu fosse em determinadas regiões e visse de perto a miséria e o sofrimento porque passavam alguns habitantes de algumas ilhas no litoral do Paraná. E eu não sabia porque daquela pedido. E recentemente, eu fiquei sabendo: o Dr. Leocádio é de Paranaguá, é um parnanguara.

Eu tenho feito o que ele tem-me pedido. E confesso, aqui, em público, com emoção e com carinho, que eu aprendi a amar o Dr. Leocádio José Correia. Muito obrigado.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Fregonense, Vossa Excelência já falou e manifestou-se em nome da Assembléia. Além de ter recebido este aparte do ilustre Deputado mais votado do Paraná, que é o testemunho do que eu também assisti, vi e conheço, que acontece lá, quero crer que na sede da Sociedade Brasileira de Espíritas. Sei, também, que Vossa Excelência em seu discurso fez um resumo da vida do homenageado. Muito mais coisa, muito mais laudas teria Vossa Excelência para trazer e serem lidas, aqui da tribuna. Mas, resumiu seu discurso, que não poderia ser de outra forma.

E esta Casa, neste instante, ela se valoriza, principalmente nesta fase, período, em que as tribunas e os microfones estão mais acostumados a transmitir descrença, divergência, insatisfação, insegurança da sociedade, com o dinheiro que se deprecia a cada momento, com a falta de cumprimento dos projetos, dos planos governamentais, e Vossa Excelência traz, hoje, através da Tribuna, uma palavra que não é só de gratidão, da reverência, da lembrança, da memória, não só aquele que durante a sua vida fez tanto por merecer homenagem como esta, mas que apenas concluindo as minhas palavras, não só pelo que fez, mas pelo que faz. E disse bem o Deputado Alborghetti, eu também já estive várias vezes lá em Santa Cândida presenciando, são milhares de pessoas: ricos, pobres, com dores no corpo, na alma, toda espécie de sentimentos, e que lá procuram e recebem amor, atenção, toda despretensiosa.

Portanto, eu queria juntar-me a Vossa Excelência nestas palavras, neste momento, nesta homenagem que se presta ao Dr. Leocádio e que, permitam-me fazer uma refe-

rência rápida, também, de que aqui está conosco o meu ex-professor, médium, Professor Maury Rodrigues da Cruz, através de quem o Dr. Leocádio tem transmitido e se manifestado e feito toda esta bondade para todo o Paraná.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu agradeço os apartes, agradeço à Presidência da Casa, agradeço ao Deputado Algaci Túlio, que por ora preside, agradeço ao querido Maury, a todas as Senhores e Senhores, e mais uma vez, agradeço a você Leocádio, por que sei que você está entre nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Suspendo a sessão por cinco minutos e convido a Deputada Emília e o Deputado Lourenço Fregonese para que conduzam da Tribuna até o centro do Plenário o Dr. Maury Cruz, Diretor do Museu Paranaense e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos, Dr. Rubens Correa, da Federação Espírita do Paraná, para que recebam os cumprimentos dos Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.  
Horário das Lideranças:  
PL com a palavra.  
(Declina).  
PSB com a palavra.  
(Declina).  
PDT com a palavra.  
(Declina).  
PRN com a palavra.  
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Troian.

O SR. ARLINDO TROIAN - Senhor Presidente, Companheiros Deputados, Senhora Deputada.

Município é a nossa base, acho que é a base de quase todos nós, Deputados, ou uma maioria que já passou por município e que trabalharam e lutaram pelo engrandecimento dos municípios.

O Paraná é um Estado cujas riquezas apoiam-se na agricultura, mas a ausência de uma força municipalista provoca, talvez, um êxodo rural.

Como bem vemos que os nossos municípios pequenos e médios, do Interior, a base da sua produção primária era um rendimento 40%, com o tempo e a defasagem de suas terras, a falta de incentivo do Governo Federal, e talvez também do Governo Estadual, as coisas estão se complicando, estamos hoje com apenas 13%! E desses 13% que é a atual produção primária dos pequenos e médios municípios, o dinheiro volta, para, numa soma total voltar apenas 25% para os pequenos e médios municípios, sendo que nós sabemos que entre 8 e 10 muni-

cípios do nosso Paraná levam 50%. Naturalmente não cabe a nós isso, mas já que está para se formar um Bloco Parlamentar Municipalista, que se impõe pela urgência em solucionar muitos problemas, não só o Bloco Parlamentar de ex-Prefeitos mas toda a Assembléia legislativa.

Nós sabemos também que passamos pelos municípios, como muitos de vocês que estão hoje aqui, que hoje os pequenos e médios município com a defasagem não têm condições de comprar uma máquina, uma pá carregadeira, um caminhão, nós estamos acompanhando. Mas, se o País se encontra mergulhado na pobreza não é pela falta das mãos dos nossos trabalhadores. O Município, através de seus cidadãos produzirá riquezas, mas é preciso fixar o homem no campo, oferecendo-lhe, em seu local, moradia, as condições ideais de educação, saúde, lazer, que ele busca, ilusoriamente, na cidade grande.

É necessário buscar fórmulas que amenizem a situação caótica em que se encontram os pequenos municípios. Isso deverá ser um trabalho, naturalmente de nós todos, junto com o Governo do Estado e o Governo Federal, e buscar fórmulas que aplicadas, amenizem a situação, pois nós sabemos que com a deficiência da atuação dos pequenos municípios o que estamos vendo é que o povo está abandonando e vindo para as grandes cidades, para trazerem maiores problemas naturalmente para quatro ou cinco cidades do Paraná, ou para os grandes centros de São Paulo.

(Lê):

"Fundamental é criar nos pequenos municípios um polo industrial que possa absorver parte da mão-de-obra. A industrialização dos pequenos municípios possibilitaria recolhimento de tributos e ampliação de recursos que, geridos diretamente pelas Prefeituras, proporcionaria melhores condições financeiras para o desenvolvimento de programas da administração municipal.

Os pequenos municípios há muito vêm emagrecendo sua receita, garimpando recursos em órgãos federais e estaduais para dirigir a máquina administrativa com dificuldades financeiras, em luta constante para como que "tirar água de uma pedra".

Se o país encontra-se mergulhado na pobreza, repito não é por falta de empenho dos trabalhadores. Cada município, através de seus cidadãos, das empresas ali radicadas, produz riquezas, mas os descaminhos do tributarismo desviam o dinheiro que perambula burocraticamente por órgãos públicos durante meses, e quando volta se não está reduzido à terça parte, ao ser efetivamente liberado, a inflação e o tempo já lhe roubaram todo o valor. Nesta ciranda eterna, perdem sempre os municípios.

Urge que se modernize a distribuição

de riquezas que não haja dinheiro girando burocraticamente, demandando perda de tempo. Cada município é uma célula que produz o sangue puro das riquezas palpáveis e que alimentam cada órgão do imenso corpo brasileiro. Se ela não recebe a devida alimentação, pouco a pouco, quase sem que se note, o todo definhará.

Por isso, o Brasil, sem que se saiba como, encontra-se tão pobre; é o retrato fiel de décadas de desmandos e descaso frente aos municípios. Cada administrador municipal deve ser dotado do poder de administrar o dinheiro das contribuições tributárias de seus cidadãos. Não é a federação que torna rico o município, mas este com sua participação efetiva através de uma administração justa, que produz riquezas e engrandece o país.

Se a democracia é o alicerce que ampara a classe política em favor dos necessitados, a nós, homens públicos, cabe resgatar dos municípios o seu destaque frente à federação, amparando os necessitados, atendendo diretamente o cidadão e sua família para que ela ali produza riquezas e possa viver com a dignidade, direito que todo ser humano deve possuir.

No dia vinte e um será a primeira reunião deste bloco parlamentar municipalista. Sabemos que cada região tem o seu problema. Cada Prefeito teve seus problemas em sua cidade. Tenho certeza que este bloco virá ajudar para que se possa, em cada região, na região de cada Deputado, ver o que é mais carente. No caso dos municípios pequenos, a produção hoje talvez é desviada quase que totalmente e depois não retorna o seu devido ICM, pelas circunstâncias das coisas que estão acontecendo.

Tenho um exemplo da minha região, uma das maiores produtoras de bovinos. Oitenta por cento dos bois é desviado o ICM. Sabemos que o Governador está fechando o cerco em cima dos frigoríficos. Mas não estou aqui para atacar os frigoríficos.

Eu disse outro dia no Bloco Parlamentar Agropecuário para o Deputado Orlando Pessuti, que é Líder do PMDB, Líder do nosso Governo, que é, talvez, uma lei federal que terá que ser estudada, complementada junto à Assembléia Legislativa para que o Estado reduza o ICMS do boi, mas que seja cobrado realmente e que sejam fiscalizados todos os que abatem o boi no Paraná porque, então, teríamos o triplo de arrecadação, porque nenhum frigorífico, hoje, recolhe mais do que 30% no Paraná. Então, isso é uma das calamidades da minha região, porque os pequenos municípios que se tornaram agropecuários não têm mais retorno nenhum de ICMS do dia de amanhã, como talvez seja quem produz soja, quem produz milho e quem produz a cana-de-açúcar e

outros produtos.

Então, seria muito importante que mais este Bloco venha dar força e sustentação para que possamos levar alguma coisa de concreto para os pequenos e médios municípios.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

O SR. TOTI COLAÇO - Pela Ordem, Senhor Presidente.  
(Assentimento)

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Vereador Gerson Claizer Moraes, 1º Secretário da Câmara Municipal de Rebouças, que nos prestigia nesta tarde nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.  
(Declina)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de líder do PDT., constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, contante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 144/91, que concede, a partir de 1º de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre salários e vantagens percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta que especificam. (Publ. no D.A. nº 40 de 22.04.91).

Em votação

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, eu queria encaminhar no seguinte sentido: tal projeto de lei como o 144/91 deve ficar registrado que é a primeira vez que reajuste ou abonos da Administração Indireta como IAPAR, IPARDES, passa por esta Casa de Leis. Ao contrário do que diz o Governo que é para prestigiar a Assembléia Legislativa, isto é para enrolar os trabalhadores que deveriam ter recebido cerca de quinze dias atrás ou até mais.

Então, nós entendemos que encaminhar para cá este tipo de projeto nada mais é que atrasar ainda mais o pagamento daqueles trabalhadores, porque não há necessidade de aprovação desta Casa de Leis. Isto pode ser feito com acordo conjunto, pode ser registrado na Delegacia Regional do Trabalho, pode ser feito através de acordo coletivo ou convenção coletiva que a lei resguarda esse direito ao Governador. Portanto, aqui está o nosso repúdio por ter usado a Assembléia Legislativa indevidamente e atrasado ainda mais o pagamento daqueles trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (ANIBAL KHURY) - Está aprovado em Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 127/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de UTILIDADE PÚBLICA a Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá, com sede e foro na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.  
Em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O Artigo 28 do Regimento Interno diz que:

"As Comissões Permanentes, em razão de matéria de sua competência, e as demais Comissões, no que lhes for aplicável cabe:

II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recursos de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:

- a) de cidadão honorário e benemérito;
- b) de utilidade pública;
- c) convênios;
- d) doações de imóveis pelo Poder Público.

Ocorre que, Senhor Presidente, os projetos de lei 127, 37 e 151/91 versam sobre matéria de utilidade pública, razão porque não devem vir à apreciação do Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Se-

Curitiba, quinta, em 16.05.91

nhor Presidente, na elaboração do novo Regimento Interno da Casa, os legisladores se basearam no que dispõe a Constituição Estadual.

Todavia, o próprio Regimento Interno da Casa deixa uma brecha é o que dispõe precisamente o inciso 2º, letra "B" do artigo 28, porque não é possível e isso eu discordo sempre e continuarei discordando, que as Comissões permanentes da Casa, que devem ser apenas opinativas, elas sejam conclusivas.

Que o projeto seja aprovado ou rejeitado numa comissão permanente sem que passe pelo Plenário. O Deputado vai ver a aprovação ou a rejeição, apenas lendo o Diário Oficial.

Isto não é possível, razão pela qual Senhor Presidente, eu discordo apesar de saber que está amparado regimentalmente o nobre Deputado Colombino Grassano, mas eu discordo e tenho em mãos um requerimento nos seguintes termos:

"Os Deputados que o presente subscrevem, requerem a V.Exa. a votação pelo Plenário dos projetos de lei nºs 127/91, 037/91 e 150/91 baseados exatamente no inciso 2º letra "B" do artigo 28 do Regimento Interno.

Como também que a decisão tomada por V.Exa. seja válida para futuros projetos que porventura tramitarem neste Poder e embasados no mesmo artigo".

Eu passo às mãos de V.Exa. o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 1102 de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, requer que as matérias constantes da Ordem do Dia 127, 037 e 150 com fundamento na alínea B do inciso 2º do artigo 28 do Regimento Interno, que as matérias do presente requerimento já sofreram deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça.

Há requerimento do Deputado Erondy Silvério com assinaturas suficientes para que a matéria e futuros projetos...

(Lê requerimento).

Requerimento de nº 1103, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Orlando Pessuti e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a votação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 127/91, 037/91 e 150/91, baseados no inciso II, letra B do art. 28 do Regimento Interno, como também que a decisão tomada por Vossa Excelência seja validade para futuros Projetos que por ventura tramitam neste Poder, embasados no mesmo artigo.- Deferido.

É competência da presidência definir, mas antes porém quero informar ao Senhor



Deputado Colombino Grassano que o seu requerimento devia ser apresentado antes da votação de primeira discussão, porque aprovado em primeira discussão o projeto não pertence mais ao autor e nem às comissões.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Estou apenas pedindo que se cumpra o Regimento Interno. Esse Regimento Interno pode ser solicitado o seu cumprimento em qualquer oportunidade da sessão Plenária.

Razão porque esta matéria não é objeto de apreciação em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é o que a Mesa entende, mas assim mesmo a Mesa vai atender o requerimento do Deputado Erondy Silvério que tem mais de dez assinaturas, para que essas matérias sejam apreciadas na sessão de hoje.

Está deferido o requerimento.

A Mesa solicita ao Deputado Colombino Grassano, Presidente da CCJ, que faça com que os seus auxiliares comuniquem a Mesa a aprovação dessas matérias, porque não há anotação nenhuma aqui, de que a matéria tenha sido aprovada pela comissão e a Mesa deseja que V.Exa. comunique.

O SR. JOSÉ COLOMBINO GRASSANO - Por obséquio, queira repetir, Senhor Presidente, porque V.Exa. fala um pouco fora...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há anotação na capa do projeto de que ela foi aprovada na Comissão. Seria interessante que a Comissão de Justiça comunicasse diretamente à Mesa os projetos aprovados e que dispensa da apreciação do Plenário.

O SR. JOSÉ COLOMBINO GRASSANO - A Comissão de Justiça tem encaminhado e feito veementes apelos ao Departamento Legislativo no sentido de que se faça cumprir o Regimento Interno. Ocorre que não compete à Comissão de Constituição e Justiça organizar a Ordem do Dia. É da competência da Assessoria da Presidência da Assembléia Legislativa. E se a Assessoria da Presidência da Assembléia Legislativa não quer cumprir e não cumpre o Regimento Interno não compete nenhuma responsabilidade à Comissão de Constituição e Justiça, V.Exa. deve alertar a sua Assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou alertar a minha e V.Exa. deve alertar a sua.

Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 37/91, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que declara Utilidade Pública

a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Ibema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 150/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas de Araponga, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 058/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a estender aos ocupantes dos cargos de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 18, de 13.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Este projeto visa autorizar o Executivo a estender o benefício da gratificação de responsabilidade técnica, a todos os ocupantes dos cargos de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme relação de cargos anexa.

Trata-se de projeto que corrige injusta discriminação feita aos funcionários da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, já que outros órgãos do Governo, em igual situação, beneficiam-se deste pagamento adicional.

A proposta encontra respaldo nos artigos 53, inciso VIII e 33, § 2° da Constituição Estadual. Nada obsta sua tramitação regimental e apreciação pelo Plenário. Somos favoráveis ao Projeto em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS  
Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 58/91

P A R E C E R:

O Deputado Djalma de Almeida César, pretende, através do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a atender aos ocupantes de cargo de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049 de 6 de junho Ordem da Comissão de Constituição e Justiça.

Tratando-se de projeto que objetiva corrigir distorção salarial injustificada,

pois estende aos servidores em questão benefícios que já vêm sendo pagos a outros com funções assemelhadas, não vemos como nos opor à sua aprovação.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 058/91, constante da Ordem do Dia de hoje.- Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 058/91 por 10 (dez) sessões.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, qual o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirando da Ordem do Dia por dez sessões.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pessuti, retirando por dez sessões, conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Só para registrar nos Anais o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 122/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, altera o artigo 2° da Lei n° 9.367, de 13/09/90, que criou o município de Coronel Domingos Soares, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. n° 31, de 09.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 122/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva alterar o art. 2° da Lei n° 9.367, de 13/09/90, que criou o município de Coronel Domingos Soares.

Após minuciosa análise da iniciativa, notamos que o escopo da Proposição é corrigir vícios de forma, constatados na criação do município de Coronel Domingos Soares, através da Lei n° 9.367, de 13/09/90, conforme enfatiza o Ofício DETRE n° 009/90, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apenso ao presente Projeto.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO, encontrando-se a matéria em condições de ser

apreciada pelo egrégio Plenário desta Assembléia.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 1094, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1083, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1082, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1098, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1080, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1088, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1089, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1095, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do Expediente. À Diretoria Legislativa para as providências.

Requerimento de n° 1097, de autoria dos Srs. Deputados Dalton Machuca, Toti Colaço, Domingos Carvalho e demais Srs. Deputados, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1101, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1084, 1085, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1091, 1092, 1093, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1081, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Encaminhe-se conforme o solicitado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu gostaria de, convocar os senhores participantes, Deputados indicados para a CPI da Saúde para que pudéssemos fazer a reunião de instalação da CPI agora, após o encerramento da sessão, convocando os senhores Deputados: José Afonso Júnior, Cleiton Crisóstomo, Edison Lino, Domingos Faustino de Carvalho, Arlindo Troian, Lourenço Fregonese, Emília Belinati, Rafael Greca, Toti Colaço, João Iensen, Dr. Rosinha e Mário Bezerra, Luiz Carlos Alborghetti e Nelson Justus, para logo após a sessão, na sala das Comissões, fazermos a instalação oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Eu só gostaria de comunicar ao ilustre Deputado Algaci Túlio que eu não havia sido comunicado para fazer parte da CPI da Saúde, nem pela Liderança e nem pela Presidência da Casa. E com todo o respeito, meu prezado Algaci Túlio, eu declino de fazer parte dessa CPI.

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Sr. Presidente, de acordo com o art. 34 as Comissões Temporárias, na qual se incluem no inciso II as Comissões de Inquérito, "compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de suas constituição".

E continuando a leitura do art. 34, vamos constatar que as lideranças, após aprovadas as Comissões Parlamentares de Inquérito, terão 48 horas para indicar os seus membros. Não feito em 48 horas, O Presidente da Assembléia Legislativa tem o poder de indicá-los.

Alguns dos partidos não o fizeram até a presente data, que faz com que Vossa Excelência possa indicar esses membros dessa Comissão, inclusive agora, durante a Sessão, para participarem da Comissão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Partido Liberal indica o Deputado Dalton Machuca para fazer parte da CPI da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está anotado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito à Mesa que determine a sua assessoria, nós já pedimos a nossa para que tome as providências necessárias para que seja verificada a existência ainda de alguns vetos que não foram apreciados por este plenário. Parece-me

que ainda existem 4 ou 5 vetos do ex-Governador Álvaro Dias para serem apreciados. Nós já solicitamos a nossa assessoria para que entre em contato com a assessoria da Mesa para que nós possamos de uma vez resolver essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parece que tem um veto só. Em todo o caso a Mesa vai conferir com a sua assessoria.

A Presidência vai manter entendimento com as lideranças dos Partidos que ainda não indicaram os membros das CPIs e dará prazo até a próxima sessão e, se não o fizerem a Mesa vai designar os membros.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicitamos de Vossa Excelência que o prazo até a próxima sessão seja improrrogável para as duas CPIs, a solicitada por mim e pelo Deputado Ovídio Constantino, composta de 7 membros, porque é impossível prorrogar por mais tempo uma vez que foram esgotados todos os prazos regimentais.

O SR. ALGACI TÚLIO - Desta forma, então, Sr. Presidente, não teremos a instalação no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão tem maioria. Se Vossa Excelência conseguir o "milagre" de reunir os Deputados... Segunda-Feira a Mesa vai designar os representantes dos partidos.

O SR. ALGACI TÚLIO - De qualquer maneira, fica a convocação para, logo após a sessão, tentarmos instalar a CPI.

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Sr. Presidente, vamos ver a força do "Santo Algaci" para fazer o "milagre".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa estabelece o prazo máximo até segunda-feira para as lideranças indicarem os membros para as duas comissões de inquérito, senão a Presidência o fará.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/91

Levanta-se a sessão.